

Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias Gerais

Versão Atualizada: Agosto de 2021

Objetivo

Descrever os critérios de exercício de direito de voto em assembleias relacionadas a ativos detidos pelos fundos de investimentos geridos pela JOURNEY CAPITAL ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA. (“JOURNEY”).

A quem se aplica?

Sócios, diretores e funcionários, que participem, de forma direta, das atividades diárias de gestão de fundos de investimento, representando a JOURNEY (doravante, “Colaboradores”).

Os Colaboradores devem atender às diretrizes e procedimentos estabelecidos nesta Política, informando qualquer irregularidade ao **Diretor de Compliance e PLD** (“Diretor de Compliance”).

Responsabilidades

Os gestores dos fundos e o Comitê de Investimento são responsáveis por avaliar a conveniência/oportunidade da participação da JOURNEY nas respectivas assembleias, sempre em conformidade com as normas pertinentes emanadas da CVM e da Associação Brasileira das entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

Os responsáveis pelo controle e execução desta Política são, respectivamente, os titulares das Diretorias de *Compliance* e de Gestão.

Revisão e Atualização

Esta Política deverá ser **revisada a atualizada a cada 2 (dois) anos**, ou em prazo inferior, caso necessário em virtude de mudanças legais/regulatórias/autorregulatórias.

Princípios e Obrigações

A JOURNEY exercerá o respectivo direito de voto quando entender que as matérias na ordem do dia podem afetar significativamente o valor dos ativos que compõem os fundos/carteiras sob sua gestão, sempre buscando os melhores interesses dos cotistas/clientes.

Processo Decisório e Conflitos de Interesse

As decisões de voto em assembleias serão formalizadas no **Comitê de Investimentos e Gestão de Riscos (“Comitê de Gestão”) da JOURNEY**, mediante registro em ata e de acordo com o estabelecido no documento “Comitês – Termos de Referência” (ToR).

A eventual ocorrência de conflitos de interesse potenciais ou reais será analisada pelo Comitê de Investimento. A decisão correspondente deve ser registrada em ata e o eventual não exercício do direito de voto pertinente comunicado aos cotistas por meio de aviso no site da JOURNEY, em até 7 (sete) dias da decisão que atestar o conflito e a opção pelo não exercício do voto (nos casos em que não houver o exercício de voto em hipóteses obrigatórias).

Representação

A representação dos fundos e carteiras a cargo da JOURNEY será feita pelos respectivos Colaboradores a cargo de sua respectiva gestão e/ou através de procuradores legalmente constituídos.

Teor e Monitoramento do Voto

O teor do voto dado deverá ser evidenciado **no site da JOURNEY em até 15 (quinze) dias do seu proferimento na respectiva assembleia**, e a implementação da decisão tomada na assembleia será monitorada posteriormente pelo gestor responsável.

O teor dos votos deverá ser arquivado e mantido à disposição das áreas competentes da ANBIMA.

O dever de comunicação acima não se aplica aos seguintes casos:

- ✓ **Matérias protegidas por acordo de confidencialidade ou que observem sigilo determinado pela regulação vigente;**
- ✓ **Decisões que, a critério da JOURNEY, sejam consideradas estratégicas, as quais deverão permanecer à disposição das áreas competentes da ANBIMA; e**
- ✓ **Matérias em que o voto é facultativo, nos termos da regulação da CVM e/ou das normas da ANBIMA.**

Política de Voto

Ressalvado o teor desta Política, o voto será **obrigatório** nas seguintes situações:

- ✓ **No caso de ações, seus direitos e desdobramentos:**
 - **Eleição de representantes de sócios minoritários no Conselho de Administração, se aplicável;**
 - **Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (o preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);**
 - **Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações**

societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento do Gestor de Recursos, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo Fundo; e

- Demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.
- ✓ **No caso de demais ativos e valores mobiliários permitidos aos fundos sob gestão:**
 - Alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.
- ✓ **No caso específico de fundos regulados pela Instrução CVM n.º 555:**
 - Alterações na política de investimento que alterem a classe CVM ou o a Classificação ANBIMA do fundo, nos termos da Diretriz ANBIMA de Classificação de Fundos 555;
 - Mudança de administrador fiduciário ou gestor, desde que não sejam integrantes do mesmo conglomerado ou grupo econômico;
 - Aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
 - Alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
 - Fusão, incorporação ou cisão, que propiciem alteração das condições elencadas nos itens anteriores;
 - Liquidação do Fundo; e
 - Assembleia de cotistas, conforme previsto na regulação da CVM.
- ✓ **No caso específico de fundos imobiliários (“FIIs”):**
 - Alterações na política de investimento e/ou o objeto descrito no regulamento;
 - Mudança de administrador fiduciário, gestor ou consultor imobiliário, desde que não sejam integrantes do mesmo conglomerado ou grupo econômico;
 - Aumento de taxa de administração, criação de taxas de entrada ou criação ou aumento de taxa de consultoria;
 - Apreciação do laudo de avaliação de bens e direitos utilizados na integralização de cotas do FII;
 - Eleição de representantes dos cotistas;
 - Fusão, incorporação ou cisão, que propiciem alteração das condições elencadas nos itens anteriores; e
 - Liquidação do Fundo.
- ✓ **No caso específico de imóveis integrantes das carteiras dos FIIs:**
 - Aprovação de despesas extraordinárias;
 - Aprovação de orçamento;
 - Eleição de síndico e/ou conselheiros; e
 - Alteração na convenção de condomínio que possa causar impacto nas condições de

liquidez do imóvel, a critério da JOURNEY.

O voto será facultativo nas seguintes situações:

- ✓ Caso a assembleia ocorra em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível voto à distância;
- ✓ O custo relacionado ao voto não for compatível com a participação do ativo financeiro na carteira do fundo; ou
- ✓ A participação total dos fundos sob gestão sujeitos ao voto na fração votante na matéria for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum fundo possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no ativo em questão.

O voto obrigatório passa a ser facultativo:

- ✓ Caso haja situações de conflito de interesses, ou se as informações disponibilizadas pela empresa não forem suficientes, mesmo após solicitação, pela GESTORA, de informações adicionais e esclarecimentos para a tomada de decisão;
- ✓ Para fundos exclusivos e/ou reservados que prevejam em seu regulamento cláusula que não obriga ao exercício do direito de voto em assembleia;
- ✓ Para os ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil; e
- ✓ Para os certificados de depósito de valores mobiliários.